



Biblioteca pública no Brasil: lugar habitado?

Public library in Brazil: an inhabited place?

Daniele Achilles Dutra da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
daniele.achilles@unirio.br

Renata Oliveira da Silva, Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro –
renataoliveirasilva@gmail.com

Eixo 7 – VI Fórum das Bibliotecas Públicas

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua construção histórica no Brasil, principalmente a partir do século XX, a biblioteca pública tem a conceituação das suas funções elaboradas almejando tornar-se um local democrático. Em busca dessa construção, as distintas publicações dos Manifestos da IFLA/UNESCO (1949; 1972; 1994; 2022) sobre as bibliotecas públicas colocam-se como referência para que pesquisadores e bibliotecários conciliem a teoria e a realidade das necessidades informacionais brasileiras e os serviços prestados pelas bibliotecas públicas. Somadas a outros campos de conhecimentos, funções e missões para bibliotecas públicas são indicadas como alternativas para que a instituição seja efetivamente “porta de entrada para o conhecimento” como preconiza a edição do Manifesto de 1994 e é reiterado pela sua publicação mais recente.

Contudo, constata-se que a biblioteca pública ainda não goza de reconhecimento entre a população brasileira, conforme apontado pela última edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2020), seja nas suas potenciais funções, seja no uso do seu espaço físico.

Assim, faz-se necessário refletir acerca do distanciamento vigente entre a instituição biblioteca pública no Brasil e a população, considerando as funções destinadas à biblioteca ao longo da construção da sua trajetória nacional e concebendo a relevância da biblioteca pública como espaço público que deve ser ocupado. Em vista disso, o objetivo dessa comunicação é propor uma reflexão em torno da biblioteca pública brasileira ao indagar se ela está sendo habitada/ apropriada por parte dos sujeitos.



Para esta discussão em torno da apropriação da biblioteca pública pelo indivíduo e pela comunidade a atrelamos ao entendimento da perspectiva do lugar antropológico ou não-lugar exposto por Silva, Achilles, Sabbag (2022), remetendo à concepção de biblioteca pública como espaço que proporciona, essencialmente, a “convivência e o desenvolvimento do indivíduo”.

Ademais, a partir da apresentação da função da biblioteca pública com base em algumas elaborações teóricas desenvolvidas por pesquisadores em âmbito nacional essa comunicação foi estruturada. Desse modo, é essencial entender o processo de identificação e construção da relação entre o conceito biblioteca pública (dotado de suas funções e usos) e da memória desse conceito reverberada ao longo da sua constituição no Brasil. Assim, para compreender a representação atual da biblioteca pública, como também a falta de aderência e ressonância social em muitos lugares do país foi necessário estabelecer uma seleção de textos, que, sob o olhar dos especialistas brasileiros em bibliotecas, espelha o contributo teórico que ancora a ideia da biblioteca pública no Brasil.

2 MÉTODO DA PESQUISA

Este estudo se define como uma pesquisa social, classificada como exploratória, uma vez que seu objetivo é suscitar possibilidades para o melhor entendimento da construção da relação entre biblioteca pública e a comunidade, com vistas no entendimento sobre o impacto social. Para tanto, a pesquisa utiliza como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, tendo como base o material que vem sendo utilizado nas pesquisas junto ao Grupo “Bibliotecas, Memória e Resistência”, além do que já foi desenvolvido por outros pesquisadores e publicado em livros e artigos (GIL, 2002).

3 DISCUSSÃO

Os diversos papéis ou funções projetados para as bibliotecas públicas ao longo da construção da sua história no Brasil têm como referência o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. A publicação dos Manifestos, a partir de



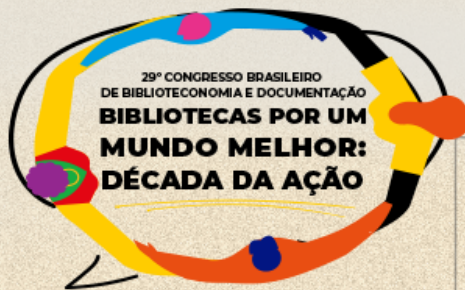
1949, promoveu a importância do estabelecimento da instituição na construção do desenvolvimento democrático da sociedade, apontando caminhos para a biblioteca pública em relação ao seu conceito e suas missões. Embora não tenha força de lei, o Manifesto é de extrema relevância por ser difundido como uma diretriz internacional na orientação de projetos bibliotecários e tem se mostrado basilar na construção dos discursos de bibliotecários e de pesquisadores.

A literatura referencial no contexto nacional indica que a biblioteca pública tem sido tradicionalmente retratada com diversas funções: educativa, informativa, cultural e recreativa, como apontam Andrade e Magalhães (1979). Funções estas que não são excludentes entre si, mas que requerem a necessidade do estabelecimento de forma clara dos objetivos e das funções dessa instituição para que haja efetivamente uma ação que vise à instauração da biblioteca pública no Brasil. Do contrário, o discurso generalista e a falta de planejamento podem levar à ignorância de problemas e acarretar o mau desempenho da instituição por não a aproximar da vivência dos indivíduos.

Com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, a Seção das Bibliotecas obteve grande destaque pelo registro de bibliotecas ao longo do território nacional e pela distribuição de livros. Oliveira (1994, p. 60) afirma que as ações do Estado Novo em relação às bibliotecas, na figura do INL, não inovaram nas funções delegadas a estas instituições, ao contrário, reforçou “sua função armazenadora, preservadora de obras” quando conferiu a ela a “guarda da cultura nacional oficial”.

A política de expansão de bibliotecas idealizada pelo INL não buscou um plano que estruturasse quais seriam as funções das bibliotecas públicas ou ações que aproximassem a população da instituição. Achilles (2018, p. 99) aponta que as políticas “foram construídas hierarquicamente, de cima para baixo, sem a consulta da sociedade e, nem sequer, de agentes sociais que poderiam opinar sobre a feitura delas”.

Na perspectiva educacional, a biblioteca pública tem a sua atuação mesclada com a biblioteca escolar, devido a pouca implantação desta última e falta de elaboração de leis de incentivo e/ou obrigatoriedade à criação desse tipo de biblioteca. Oliveira (1994) esclarece que o caráter educacional da biblioteca pública vinculado aos aspectos de aprendizagem escolar tomou forma a partir da década de 70, com a



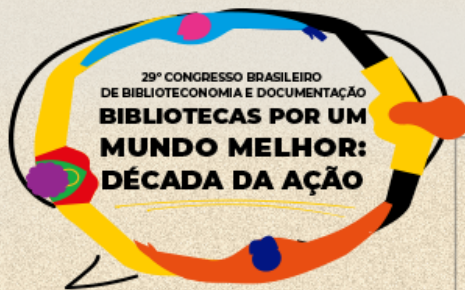
lei nº 5.692/71, que modificou a estrutura de ensino brasileiro. Assim, a biblioteca pública adquire uma função educacional não formal, de amparo ao estudante. Essa fusão de funções concede um outro aspecto à biblioteca pública, alterando o seu conceito básico e, conseqüentemente, interferindo na construção da sua representação frente à população.

A biblioteca pública como centro de cultura teria a sua função ampliada e dinamizada nos seus serviços. Mesmo diante de escassos investimentos públicos ao longo do tempo e o pouco caso dos governantes, a biblioteca, afirma Milanesi, é “o espaço mais frequente identificado com Cultura” (MILANESI, 2003, p. 42) e “o único lugar da Cultura na maioria dos municípios brasileiros” (MILANESI, 2003, p. 43). Entretanto, é necessário destacar que o conceito de cultura é complexo e associá-lo à instituição bibliotecária interfere diretamente na relação com a comunidade na medida em que forem desconsiderados os valores e dinâmicas locais, onde a biblioteca pública se tornaria um espaço conformador.

O professor Emir Suaiden (2000) destaca que a integração com a comunidade é essencial para que seja definido o papel da biblioteca pública na sociedade da informação, pois “a biblioteca pública perde cada vez mais prestígio e poder, deixando de ser o grande centro disseminador da informação, por tentar “ser tudo para todos” (p. 57). Ao elaborar a sua argumentação, Suaiden (2000) frisa a importância do estudo de usuários e comunidade para que as necessidades informacionais da população sejam estabelecidas.

As mudanças tecnológicas, comunicacionais, sociais (entre outras) ocorridas na sociedade nas últimas décadas acarretam modificações também no público e, por conseguinte, exigem transformações nas instituições, principalmente naquelas que têm suas atividades diretamente associadas ao contato com as pessoas, como as bibliotecas públicas. Assim, considerar tais mudanças contribui para que as bibliotecas estejam de acordo com necessidades e demandas da comunidade em que está inserida.

A pesquisa Retratos da Leitura (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020) buscou reunir dados que revelassem a percepção e uso dos entrevistados em relação às bibliotecas. O resultado apresentado indica a assimetria entre a percepção daqueles e as possibilidades de funcionalidades da biblioteca. De acordo com o respondido pelos



entrevistados, a biblioteca pública tem a sua função associada às atividades tradicionais. Para a população, a biblioteca representa essencialmente local de empréstimos de livros, local para estudar, um lugar para estudantes, ou seja, atividades associadas à vida estudantil e muito pouco para o lazer.

Em outro item da pesquisa, sobre a percepção e o uso das bibliotecas, 68% disseram não possuir o hábito de frequentar uma biblioteca e entre os não frequentadores, 29% afirmaram que nada os faria frequentar. Percebe-se, neste ponto, que há uma escolha do não usuário em manter-se distante da instituição. E neste ponto questiona-se como a biblioteca pública tem se apresentado para o público e, em especial, para aquele que afirmou que frequentar uma biblioteca não é uma opção.

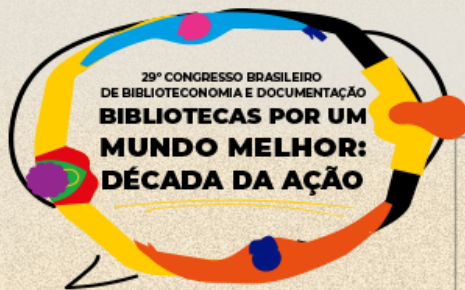
Para o antropólogo Marc Augé (2012a), as rápidas mudanças que aconteceram na sociedade alteraram nossa relação com o tempo, com o espaço e com o outro. Essas transformações interferem na relação do indivíduo com os espaços e nos vínculos que ali se estabelecem, pois é a partir desta dinâmica que o sujeito atribui significado aos espaços. Assim, sob a ótica das relações vão sendo produzidos os não-lugares ou os lugares antropológicos (SILVA; ACHILLES, SABBAG, 2022).

Nesta perspectiva, entende-se que a biblioteca pública é um espaço que favorece as relações comunitárias e individuais, apresentando-se como lugar antropológico quando o vínculo entre as partes é construído ou como não-lugar quando não há o estabelecimento desse relacionamento. Assim, habitar ou não habitar o espaço, neste caso a biblioteca pública, revela-se dentro do campo de escolhas do indivíduo que entenderá esse lugar como território apropriado ou não.

O relacionamento entre o sujeito e o espaço habitado pode gerar obrigatoriamente o fortalecimento desse elo, conduzindo assim, formas de identificação, construção de identidades e vínculos. No entanto, o que geraria a necessidade, na atualidade (ou seja, na sobre modernidade definida por Augé), da geração desses vínculos?

No âmbito dos estudos culturais, Stuart Hall (2005) afirma sobre a questão da identidade tem sido analisada no âmbito da teoria social. Hall (2005, p.7) indica:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o



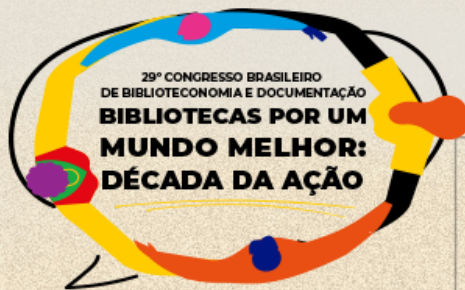
indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada 'crise de identidade' é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Refletindo sob a perspectiva de Stuart Hall, o sujeito fragmentado, as instituições esfaceladas, tudo isso é reflexo do capitalismo globalizado. Enquanto Augé (2012b) nos questiona se “os fatos, as instituições, os modos de reagrupamento (de trabalho, de lazer, de residência [enfim, de vida]), os modos de circulação específicos do mundo contemporâneo são passíveis de um olhar antropológico?”. Este autor ainda coloca que, sob um ponto de vista antropológico, a vida social está associada a modos de agrupamentos e de hierarquizações e, nesse sentido, as relações, os hábitos e os comportamentos vão sendo moldados.

As bibliotecas públicas são instituições que interferem na organização, nos agrupamentos, bem como nas hierarquizações sociais. Isso significa dizer que o espaço quando apropriado pelos sujeitos gera influências nas formações identitárias individuais e coletivas. A apropriação no espaço-tempo social em maior ou menor grau corresponde a diferentes modos de organização. Mas, o que leva esse sujeito fragmentado, fruto da modernidade, do capitalismo, da globalização, da aceleração do tempo, da massiva mediação tecnológica a não procurar sentido no ambiente institucional? Muitos arriscariam dizer, por motivos óbvios, as facilidades do mundo da internet. Lá obtemos tudo o que queremos. Mas, o que queremos?

Queremos um mundo dependente de vazios espaciais e tempos encurtados movido a curtidas, compartilhamentos, filtros, *fakenews*? Ou ainda assim, a urgência seria a substituição dos espaços de sociabilidade? A questão norteadora desta comunicação, em linhas gerais problematiza a demarcação de espaços, territórios, lugares como públicos e correlacionados a questão da representação do tempo. E, para, além disso, quando nos perguntamos pelo conceito, função, usos das bibliotecas públicas e tentamos entender a falta de aderência e ressonância social significa que estamos no caminho certo? Ou deveríamos retornar ao ponto crucial: investigar quem é o sujeito informacional na sobre modernidade e como ele escolhe habitar o lugar antropológico ou o não-lugar?

Portanto, a concepção da biblioteca pública como lugar habitado remete a construção de uma instituição que se projeta dentro do campo de



percepção da população, transformando-se em espaço apropriado que integra a dimensão imaginária, afetiva e simbólica dos sujeitos. Inserindo-se, deste modo, no campo de escolhas deste sujeito e colocando-se na direção oposta ao esvaziamento identitário próprio de espaços esvaziados de sentido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a questão da aderência da biblioteca pública no Brasil frente à população percorre diversas perspectivas que abrangem as mudanças sociais que são verificadas na sociedade no século XXI. Foram percorridas nesta comunicação, algumas das funções dedicadas à biblioteca pública ao longo da sua construção e entender como transcorre este desenvolvimento oferece instrumentos para a compreensão da percepção da população diante deste equipamento na atualidade e, conseqüentemente, do seu uso e identificação. Ao mesmo tempo, entender a construção da representação social da biblioteca pelo potencial usuário, enquanto sujeito de escolhas, concede a esta discussão uma ampliação de horizonte ao passo que permite a melhor compreensão da construção deste sujeito. Assim, reitera-se o entendimento da biblioteca pública como espaço democrático, território de vivências e experiências, isto é, como lugar antropológico.

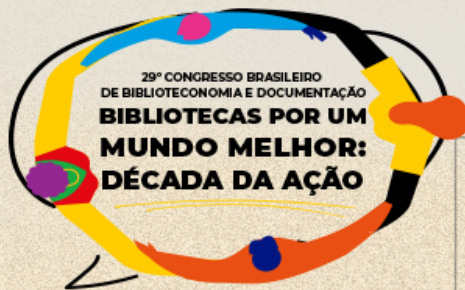
REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele D. da R. **Bibliotecas públicas brasileiras sob a perspectiva da memória e experiência**. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese90.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77377>. Acesso em: 20 mar. 2022.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: uma introdução a antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas, SP: Papius, 2012a.

AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** Campinas, SP: Papius, 2012b.



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2020. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca 'fora do tempo': políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1437>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Renata O. da; ACHILLES, Daniele; SABBAG, Deise M. A. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar? **Palavra chave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 11, n. 2, abr. 2022. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/pce158>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SUAIDEN, Emir. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19166>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNESCO. **The publiclibrary: a living force for popular education**. 1949. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147487>. Acesso em 10 mar. 2022.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1972.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNESCO. **The IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022**. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.